

**DEZ PERGUNTAS SOBRE O  
NEOLIBERALISMO**

*Ildefonso Camacho, SJ.*

Fazer uma análise sistemática e completa do neoliberalismo ultrapassa os limites deste artigo, e provavelmente também, os de seu autor. Por isto optamos por uma solução mais simples, em direta relação com as preocupações aqui refletidas, tal como surgiram concretamente na vida do dia a dia, que em nós suscita inquietações e provoca questões a pensar e resolver.

Um dos complexos fenômenos que nos interroga hoje de inúmeras maneiras é o neoliberalismo. É complexo, não somente porque dele se fala por toda parte, mas ainda porque de fato está invadindo todos os âmbitos da vida social. Diante dele não é fácil tomar uma posição, sobretudo quando se constata atitudes tão radicalmente extremas. O neoliberalismo tem tanto defensores entusiastas como críticos impiedosos.

As páginas que se seguem pretendem apenas formular algumas destas perguntas suscitadas pelo neoliberalismo, dentro de uma ordem que permita tratá-las com certa lógica, e oferecer modestas pistas para suas respostas, que, por sua vez, são outras tantas questões para continuar nesta busca.

### *Primeira pergunta: O que é o neoliberalismo?*

Como o mesmo nome diz, o neoliberalismo é uma nova versão do liberalismo.

O liberalismo foi aquela filosofia que se desenvolveu na Europa nos séculos XVII e XVIII, e serviu de inspiração a todas as mudanças econômicas e políticas que surgiram naquela época, especialmente na Europa. O liberalismo está na raiz do capitalismo e nas origens do Estado moderno. Nem um nem outro pode ser entendido sem a ideologia liberal. Toda a cultura moderna está impregnada por esta mentalidade, que permitiu a toda a humanidade conquistas irreversíveis. A primeira delas é o reconhecimento dos direitos humanos como exigências que derivam não de situações fundadas em fatos, nem de privilégios conseguidos ou outorgados, mas sim da própria condição humana como pessoa.

Mas o neoliberalismo seria entendido apenas a partir do liberalismo clássico? Cremos que não. E esta será umas das pistas para guiar nossas reflexões. Já de início constatamos que nem as condições atuais são as dos séculos citados, nem os problemas a serem resolvidos hoje a partir do neoliberalismo são os mesmos que outrora conduziram às propostas do liberalismo. No entanto há neoliberais hoje em dia tão convictos de sua estrita fidelidade a estes predecessores que nem mesmo aceitam a denominação de “neoliberais”, pois apresentam-se pura e simplesmente como “liberais”.

Seja qual for esta identidade, é difícil entender este ressurgir do liberalismo sem considerar as condições atuais de nossa sociedade e os acontecimentos dos últimos 25 anos.

A começar pelos meados da década de 70, quando houve a enorme elevação dos preços do petróleo, estes 25 anos, em poucas palavras, são os da crise de todos os modelos que surgiram como alternativa ao modelo econômico diretamente originado no liberalismo: o capitalismo de mercado.

O capitalismo liberal explica todos os avanços da economia nos países industrializados, sobretudo no século XIX; explica o desenvolvimento urbano dos principais núcleos industriais; explica também as transformações na estrutura social, com a separação entre trabalhadores e proprietários do capital; explica os processos acelerados de acumulação de capital e também a pobreza crescente do proletariado industrial; explica a crescente insatisfação social e os conflitos motivados pelas reivindicações dos trabalhadores, mais ou menos organizados; explica o surgimento de movimentos revolucionários que propugnam uma transformação radical da ordem vigente; explica a

proposta socialista de estabelecer uma nova ordem sócio-econômica baseada na extinção da propriedade privada dos meios de produção. Todos estes são fenômenos que não podem ser entendidos isoladamente, mas a partir de seu inter-relacionamento.

Após a segunda guerra mundial aquele modelo de capitalismo mais puro, o capitalismo liberal, em grande parte fora substituído, em alguns casos, pela alternativa mais radical do coletivismo, e em outros casos, pelos modelos de capitalismo misto, em que o mercado era controlado e submetido a certa orientação pelo poder do Estado. Por detrás destas alternativas estava, de uma forma ou de outra, o socialismo, seja em sua forma mais radical, de orientação marxista, seja na forma que acabaria por renunciar ao marxismo para terminar no socialismo democrático ou social-democracia. Em todo caso, este segundo modelo de capitalismo, menos desumano, recebeu o apoio de outras forças sociais e políticas; de forma muito explícita lhe veio o apoio da democracia cristã, como também dos conservadores, inclusive dos liberais.

Este rápido esboço histórico é necessário para entender o ressurgimento atual do liberalismo. Mesmo que o essencial de sua herança tenha sido incorporado à tradição ocidental, chegando a impregnar toda a cultura moderna, suas propostas mais concretas, sobretudo no campo sócio-econômico, pareciam relegadas definitivamente ao esquecimento. O socialismo em suas diferentes formas assumia a primazia. Mas hoje parece que os termos novamente estão se invertendo. Por quê?

### *Segunda pergunta: por qual motivo tem tanto êxito e acolhida tão favorável?*

Esta é uma pergunta inevitável a qualquer atento observador da realidade. Esta volta do liberalismo com tanta força deve ter alguma explicação. E tem, de fato. Em síntese a explicação poderia ser esta: o liberalismo reaparece — não sem orgulho, sem dúvida — sobre as cinzas do coletivismo e sobre os destroços do capitalismo misto. A chave de seu ressurgimento está na crise, mais ou menos definitiva, dos modelos que em outros tempos o haviam substituído.

Francis Fukuyama o expressou de modo contundente e até mesmo com arrogância, em sua obra tão celebrada em determinados ambientes: *El fin da história*<sup>1</sup>. A queda do muro de Berlim em 1989 significa

<sup>1</sup> *El fin de la historia y el último hombre*, Barcelona: Planeta, 1992; de forma mais sintética, F. FUKUYAMA, ¿El fin de la historia? *Claves* n. 1 (abril 1990) 85-96.

o término da história, porque foi pronunciado e juízo definitivo sobre a confrontação secular dos dois grandes sistemas: seria o capitalismo democrático o que se ergueria como vencedor indiscutível.

É certo que a queda tão espetacular do coletivismo foi um golpe muito forte a toda proposta alternativa ao capitalismo, por muito que se diga que pode haver outras formas de socialismo. De fato, hoje em dia quase ninguém se ocupa com o que era o centro do debate vinte anos atrás, isto é, os sistemas alternativos de organização da sociedade, capitalismo ou socialismo. Há uma espécie de aceitação resignada de que não resta alternativa alguma ao capitalismo, mesmo que se possa discutir sobre os matizes de suas distintas modalidades.

Mas resulta mais decisiva, a nosso entender, a crise do modelo capitalista misto. Entre as causas que mais explicam este ressurgir liberal se contam, não só as dificuldades, enormes e indiscutíveis, com as quais se defronta hoje o capitalismo misto, mas sim a agudeza do neoliberalismo em detectá-las e denunciá-las.

Estas causas são de ordem dupla. Uma têm sua origem no novo contexto mundial, na globalização da economia, que mina as próprias bases do modelo. O quase total desaparecimento das fronteiras econômicas limita extraordinariamente toda intervenção do Estado e reduz sua autonomia para tornar efetivas, dentro do próprio território, determinadas opções políticas que afetem a situação econômica ou social. É quase como empenhar-se em "fechar o mar em comportas"<sup>2</sup>.

Outras causas desta crise são de caráter interno e derivam da própria dinâmica do modelo misto. Tanto no modelo centro-europeu do Estado de bem-estar, como no modelo que na América Latina foi inspirado pela CEPAL (modelo estruturalista), foram confiadas ao Estado importantes funções, sempre corretoras do andamento do mercado. Tais funções se ampliaram com o tempo, por efeito de certa inércia da própria sociedade. Mas este processo não se mostrou inofensivo. Os resultados estão aí: pressão fiscal excessiva e intolerável; superdimensionamento da administração pública; burocratização e ineficiência, quando não esbanjamento; excesso de regulamentação; redução do espaço para a iniciativa privada e da disponibilidade de seus recursos; corrupção. Todos estes fenômenos mostram como foi excessiva e desproporcionada a confiança posta no Estado como entidade auto-suficiente para ocupar-se de todos os interesses globais da sociedade e de um número cada vez maior de interesses privados<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Sobre o sentido e as consequências da globalização são muito recomendadas as idéias de: GROUPE DE LISBONNE, *Limites à la compétitivité. Pour un niveau contrat mondial*. (Sous la direction de RICCARDO PETRELLA), Bruxelles: Labor, 1995, 51-61.

<sup>3</sup> Cf. Crisis y futuro del Estado de bienestar, *Revista de Fomento Social* 50 (1995) 149-169.

É difícil exagerar a gravidade destes problemas hoje. E é compreensível também que tais deficiências, que não escapam a nenhum analista, sejam captadas com força especial pela sensibilidade liberal. Por isso os autores neoliberais têm sido os principais, e também muitas vezes, os mais atinados críticos dos excessos do Estado.

Em outras palavras, a crise do Estado é o terreno fértil para que liberalismo volte à cena. Mais ainda, têm toda razão de ser as críticas que a partir desta mentalidade são feitas ao modelo econômico em crise. Isso tudo está na base da entusiasta acolhida do pensamento liberal em nossos dias.

### *Terceira pergunta: em poucas palavras, qual é a proposta neoliberal?*

A partir do que foi dito acima, parece que a resposta a esta nova pergunta será simples: “manter sob controle” este Estado superdimensionado. E, efetivamente, por aí se encaminham suas propostas.

Já as sintetizou, em seu tempo, o presidente Reagan, com aquela formulação depois tão repetida: “O Estado não é a solução; o Estado é o problema”. Esta expressão era como que o despertar de um sonho, quando se compreende de uma só vez que tudo tinha sido uma ilusão e que se impõe a volta à realidade. A ilusão tinha sido o Estado onipotente e onisciente, perante uma sociedade que a ele se confiava totalmente. O problema era como desmascarar essa ilusão.

Com outras palavras, resolver o problema do Estado significa reduzi-lo à mínima expressão, limitar suas funções àquelas que o liberalismo clássico lhe atribuiu: defesa externa, segurança interna, justiça, ou pouco mais que isto. Mas reduzir o Estado não significa só delimitar seus campos de atuação, ou só diminuir sua atividade normativa geral, deixando o terreno mais livre à iniciativa privada. Reduzir a atividade permite diminuir gastos; reduzir gastos permite limitar os impostos, que é uma das promessas mais atraentes dos políticos liberais. Com isto se devolve à sociedade uma boa parte do espaço que lhe tinha sido usurpado. “Mais sociedade, menos Estado”: aqui está outro dos “slogans” que resume bem a proposta neoliberal.

Pois bem, reduzir o Estado em suas competências econômicas implica, antes de tudo, ampliar o espaço do mercado. Sem dúvida aqui está o âmago da alternativa neoliberal. A economia deve funcionar a partir da liberdade dos agentes privados, porque o mercado é mais eficiente quando utiliza os recursos da sociedade. A ineficiência

do Estado e o esbanjamento de recursos que acompanha sua atividade é a principal razão para se optar por um mercado em que a interferência do Estado seja cada vez menor. A competição do mercado é o principal motor da economia, o fator mais eficaz para uma adequada distribuição de recursos. A competição se converte assim na condição essencial do êxito na luta que a cada dia se trava no mercado. Quanto menos regulado estiver o mercado, menos protegido estará o agente econômico, seja o consumidor seja o produtor: não poderá basear a satisfação de seus interesses ou necessidades em nenhum tipo de protecionismo, mas apenas em sua própria capacidade para ir adiante. As regras do mercado são duras, mas sua dureza tem suas raízes — dirão os liberais — no fato de tratarem a todos com igualdade, em não concederem privilégios a ninguém. E por isso seria também o sistema mais justo.

Tudo isto se traduz em propostas vinculadas à competitividade, privatização, desregulamentação, liberalização, produtividade, flexibilidade, excelência, mobilidade. Estas são as receitas para uma economia liberalizada<sup>4</sup>.

A proposta neoliberal tem outro campo de expressão. Tudo o que foi dito aqui se refere ao modelo econômico dentro das fronteiras de um Estado, a uma economia nacional. Mas o que acontece a nível mundial? Como orientar a economia mundial?

Neste nível não existe — nem nunca existiu — uma instância reguladora, com competências semelhantes às do Estado dentro de limites territoriais determinados. A economia mundial sempre foi uma economia de mercado, quase sem restrições. As únicas limitações eram as que os Estados impunham por meio do controle de suas próprias fronteiras (limitação ao trânsito das mercadorias, aos capitais ou pessoas). Já vimos que hoje isto é mais difícil, pelas condições impostas pela globalização.

Mas o neoliberalismo dará um passo adiante: fará da globalização, não somente um fato incontestável que condiciona a atividade econômica, mas *um verdadeiro ideal*, um horizonte a alcançar. É a consequência de sua opção pelo mercado, mas que agora extrapola um novo cenário: o da economia planetária. Isso se traduz em propostas concretas para que os Estados acelerem a eliminação das medidas que restringem a livre circulação de tudo através das fronteiras: numa palavra, para que eliminem as próprias fronteiras. O choque exterior é o melhor revulsivo para o reajuste de economias que permaneceram por

<sup>4</sup> O que Petrella chamou de “ladainhas da santa competitividade”. Cf. R. PETRELLA, *Litanies de Sainte Compétitivité*, *Le Monde Diplomatique* (février 1994).

muito tempo na situação de confortável protecionismo exterior. Esta foi a receita que se recomendou aos países mais endividados, quando se discutiu a renegociação da dívida externa e os programas de ajuste estrutural, para recuperar as economias e garantir o cumprimento de suas obrigações para com os credores.

O mundo deve se tornar um grande mercado. E hoje o caminho para alcançar esta meta ficou mais desimpedido com a queda do coletivismo. Já desapareceu a divisão do mundo em dois grandes blocos, fato que sempre foi uma dificuldade para uma economia globalizada. Em consequência, quando tivermos apenas um sistema único, o capitalismo de dimensões mundiais, podemos também transformar o planeta num mercado sem fronteiras. Nele cada país encontrará seu espaço próprio, mesmo que isto imponha custos, que, a curto prazo, podem se tornar significativos. É o preço a pagar pela inserção no mercado mundial que trará benefício para todos.

Em poucas palavras, a alternativa neoliberal supõe reduzir o Estado para devolver ao mercado o protagonismo que nunca devia ter perdido, um protagonismo quase ilimitado. Esta recuperação do livre mercado é a solução, não só para a economia de cada país, mas também para a economia mundial.

#### *Quarta pergunta: por que seus críticos são tão radicais?*

Se tudo parece tão simples a partir da lição que a história dá, por que o neoliberalismo suscita inimigos tão radicais? Assim como seus promotores são tão intransigentes, seus críticos são igualmente taxativos.

Julgamos não ser bom "satanizar" o neoliberalismo. Nem todos os seus diagnósticos e propostas podem ser rechaçados sem um exame a fundo; nem tampouco, como às vezes parece, segundo alguns críticos, todos os males de nossas sociedades são sua consequência. Os problemas já aludidos, de um Estado hiperdimensionado, são uma realidade que deve ser abordada com decisão. O neoliberalismo o fez, a partir de seus pressupostos: o diálogo com ele só pode ser benéfico<sup>5</sup>.

Esta "satanização" do neoliberalismo pode ter sua origem no fechar dos olhos aos problemas reais, num refugiar-se comodamente em ques-

<sup>5</sup> Para um diálogo com o neoliberalismo, cf. J. LÓPEZ CAMPS, Diálogos para un amigo neoliberal, em: CRISTIANISME I JUSTÍCIA, *El neoliberalismo en cuestión*, Santander: Sal Terrae, 1993, 113-147.

tões de outros tempos (quando chamar alguém de liberal era quase um insulto), na incapacidade para reconhecer os novos dados da situação. Nem a sociedade nem a economia de hoje são as dos anos 60, década em que a corrida ao bem-estar devolvia a paz social às sociedades ocidentais, e as possibilidades de desenvolvimento ainda despertavam esperança nos países do sul; em ambos os casos havia forte confiança no Estado.

Mas esta rejeição tão apaixonada do neoliberalismo tem outras raízes: ignorá-las seria desprezar outros dados da realidade, tão indiscutíveis como os já mencionados sobre as disfunções do Estado. Referimo-nos às conseqüências que se seguem à aplicação das políticas neoliberais, tanto nos países industrializados como nos menos desenvolvidos.

É certo que estas políticas estão produzindo um reajuste das economias que recuperam assim seus equilíbrios básicos (estabilidade de preços e sobretudo equilíbrio das contas públicas). Isto deve-se pôr no "Haver". Mas os efeitos negativos não são menores: em síntese, são um aumento da desigualdade.

Sua expressão mais familiar é a pobreza, em suas múltiplas manifestações:

— Nos países mais desenvolvidos o primeiro dado é que a pobreza está retornando, quando já tinha sido considerada definitivamente erradicada; os mendigos voltam a povoar nossas ruas. O desemprego estrutural tem muito a ver com isto: não só pelos que ficam excluídos do mercado de trabalho (exclusão por desemprego), mas também pelos que só encontram trabalho precário (que os converte em *working poors*). Se a primeira situação é mais característica dos países europeus continentais, a segunda reflete melhor o que está ocorrendo nos Estados Unidos. É certo que a causa última do desemprego não está no neoliberalismo, já que suas causas são mais complexas e remetem à crise mundial dos anos 70 e seus efeitos. Mas as políticas que este promove pouco ajudam a combatê-lo e, sobretudo, contribuem enormemente para tornar o trabalho ainda mais precário. Por outro lado, as desigualdade têm também a ver com os cortes nas políticas sociais, que é outra das propostas neoliberais<sup>6</sup>.

— Nos países menos desenvolvidos a pobreza não tinha sido erradicada, mas se reduzira, apesar do *handicap* enorme de um cres-

<sup>6</sup> Mas também aqui é preciso atender a suas denúncias sobre a desmobilização social que provoca este tipo de protecionismo público. Para eles é muito claro que menos segurança equivale a mais iniciativa, a maior disposição para fazer frente à luta de cada dia.

cimento demográfico acelerado. Os programas de ajuste estrutural, sobretudo em suas primeiras versões, agravaram consideravelmente a pobreza de amplos estratos sociais com suas medidas de arrocho forçado para fazer frente às obrigações da dívida. Assim, quando o arrocho se impõe a coletividades que mal se colocam acima da linha da pobreza, ou que estão abaixo dela, os efeitos são devastadores. A situação chegou a ser alarmante em países como Venezuela, Argentina e Brasil. Uma melhoria na situação econômica, que pode ser constatada na América Latina, sobretudo através dos indicadores macroeconômicos, não tem igual repercussão em todos os estratos sociais. Por isso se fala, com razão, de uma dualização crescente destas sociedades<sup>7</sup>.

A situação descrita acima suscita novas perguntas. Será que a proposta de "Mais sociedade e menos Estado" não deve ser entendida de fato como "Mais mercado e menos Estado"? São coisas bem diferentes... E suas conseqüências também...

#### *Quinta pergunta: a proposta neoliberal não seria um retorno ao passado?*

A primeira exposição que fizemos sobre a origem do capitalismo misto é a que suscita em nós outra pergunta. Este modelo econômico revisto é o resultado de uma experiência histórica: a da incapacidade do capitalismo liberal do século XIX em garantir um mínimo bem-estar para todos e uma aceitável estabilidade para a sociedade. O recurso ao Estado não teve outro objetivo senão o de compensar os defeitos do mercado. No período de meio século comprovamos que este modelo também não funcionou satisfatoriamente. Somos obrigados a revê-lo novamente.

Mas a proposta neoliberal, com sua confiança ilimitada no mercado, não seria o retorno a um modelo já experimentado, a um modelo que não se mostrou aceitável e que teve que ser abandonado? Não estaria sendo defendido como novidade algo que nada tem de novo? Que diferença existe entre o que se propõe agora e o capitalismo mais puro do século XIX?

<sup>7</sup> Uma aguda análise da estratégia aplicada na América Latina e de seus efeitos duplicadores, assim como de suas contradições com os pressupostos mais inquestionáveis da economia de mercado, pode ser visto em E. VALENCIA VÁSQUEZ, La globalización, los países en desarrollo... y el retorno de Jedi, *Theologica Xaveriana* 48 (1998) 57-88, especialmente 70-82. Seu autor foi Presidente do Banco Central de Ecuador.

Entre aquela situação e a nossa existem diferenças. O mundo não é o mesmo. A riqueza produzida e disponível a cada ano no planeta é muito maior; o mundo está muito mais integrado; os espaços se reduziram e as distâncias se encurtaram; a pressão humana sobre meio ambiente aumentou; também aumentou a consciência das desigualdades, (e, em muitos aspectos, as próprias desigualdades). Deste conjunto de fatos derivam maiores desequilíbrios naturais. Entre estes deve ser mencionado o que ameaça o meio ambiente, como também o que provoca os movimentos migratórios (de países com alta natalidade e escassa renda para países de crescimento demográfico quase nulo mas com grande acúmulo de renda e de riqueza).

Talvez a diferença mais substancial que separa nossa sociedade da do século passado seja o fenômeno, já aludido, da globalização. Pois o que é a globalização, no fundo, senão a ampliação do mercado a uma escala planetária? Se no presente extrapolamos a experiência do século passado, fica difícil não cair no pessimismo: se o mercado não foi a solução em sociedades mais fechadas, econômica e culturalmente mais homogêneas, não se deve, muito menos, esperar que o seja na comunidade mundial, muito mais heterogênea em todos os sentidos?

Por outro lado, há campos em que a globalização não se aplica tão coerentemente como se poderia esperar em comparação com o entusiasmo do mercado. O caso mais evidente é o dos movimentos da população. Neste campo as restrições são fortes, e precisamente mais fortes nos países em que a liberalização se aplica de forma mais decidida em quase todos os âmbitos.

Não pensamos que a absoluta liberdade de circulação das pessoas resolva grandes problemas. Provavelmente provocaria desequilíbrios ainda maiores. Mas isto mencionado aqui ajuda a compreender que a confiança no mercado tem seus limites (inconfessados!) reconhecidos por seus mais denodados defensores.

Conclusão: em grande parte a solução neoliberal é a volta ao passado, a um modelo que a humanidade não pode mais querer. Desejalo revelaria uma alarmante falta de criatividade e de imaginação para resolver os tão graves problemas de nosso tempo, uma incapacidade para oferecer alternativas além das do passado, velhas conhecidas. É preciso manter de pé esta afirmação, embora reconhecendo que os autores atuais mais representativos desta tendência buscam formas mais elaboradas para justificar a economia de mercado. Com uma legitimação mais rigorosa, não saímos do dilema Estado - mercado: quando um se mostra incapaz, não nos resta recorrer senão ao outro.

### *Sexta Pergunta: o mercado é tão eficaz?*

Tantas alusões ao mercado, feitas pelo neoliberalismo e por nós nestas páginas, revelam que o mercado é um dos pontos centrais do debate atual. Por isto precisamos nos confrontar com ele diretamente. O mercado será de fato tão eficaz como se diz?

Antes de tudo, é preciso analisar a função essencial que se atribui ao mercado. Diz-se que o mercado é *o mecanismo mais eficaz para a distribuição de recursos*. De fato, supondo que na sociedade as necessidades são maiores que os recursos, é conveniente dispor de um instrumento que a cada necessidade satisfaça com a menor quantidade possível dos recursos (ou que, com uma determinada quantidade de recursos, satisfaça o maior número possível de necessidades). Isto o mercado faz adequadamente: primeiro, porque deixa a iniciativa a particulares; segundo, porque são estes que decidem como empregar seus recursos, não só teoricamente, mas levando em conta o custo desta compensação pelos preços que devem pagar. Frente aos consumidores, também os produtores podem organizar livremente sua atividade, embora se atenham às necessidades manifestadas pelos compradores dos produtos. No mercado há liberdade para todos, há iniciativa; por outro lado, o mercado provê, a quem nele atua, o que todo ser humano requer para exercer sua liberdade, *informação*, graças aos preços, que lhe indicam continuamente o custo eventual para atender a qualquer necessidade. É certo que esta liberdade, como sempre ocorre em seu exercício, é limitada pela liberdade dos demais. Mas, usada dentro dos limites de que dispõe cada um, permite um grau aceitável de satisfação de todos: o mercado não é apenas o sistema de organização econômica que admite maiores níveis de liberdade efetiva, mas é também o que garante eficiência satisfatória.

Em síntese podemos dizer que o mercado permite um conjunto de intercâmbios entre bens e serviços em público, isto é, com conhecimento dos outros e de forma repetitiva, em condições semelhantes a outras formas de intercâmbio dos mesmos objetos. Pressuposto essencial para que o mercado funcione é a liberdade de todos, e o que o mercado provê a todas as pessoas livres que o freqüentam é a informação de que precisam para tomar decisões; a soma das inumeráveis decisões livres baseadas nas informações disponíveis é o que vai configurando as dimensões, a direção e o ritmo do processo econômico.

Se tudo isto for verdade, não há nenhuma dificuldade para a aceitação ética do mercado<sup>8</sup>. Mas, *na prática*, será verdadeiro tudo isto?

<sup>8</sup> Sobre as funções e as limitações do mercado como base para um juízo ético do mesmo, cf.: *¿Fuera del mercado no hay salvación? Concilium* n. 270 (abril 1997), número monográfico; especialmente: A. LATTUADA, *Valoración positiva del mercado*

Isto é, esta é a verdade nos mercados reais? O mercado, tal como foi descrito, é um modelo ideal: o juízo ético do mercado real dependerá do grau em que tal modelo se aproxime do paradigma ideal descrito. E tal paradigma é muito ideal, porque supõe condições muito restritivas. Tais condições podem ser reduzidas a três:

1<sup>a</sup>) Todos os compradores e todos os vendedores estão pontualmente informados sobre preços e outras condições de venda vigentes por toda parte por onde são vendidos tais bens. Isto é, a informação é completa. Mais ainda, todos estão em condições de ir ao local em que as condições sejam as mais favoráveis (o que exigiria inexistência das distâncias geográficas entre um lugar e outro!). Por conseguinte supõe-se que a *transparência* do mercado seja total.

2<sup>a</sup>) O produto em questão é perfeitamente homogêneo em qualquer local onde for vendido, e no mercado não existe outro produto similar que o substitua. Somente assim o único determinante da decisão do consumidor será o preço e não outros fatores, como a marca, a qualidade ou mesmo a amizade entre comprador e vendedor.

3<sup>a</sup>) Tanto os compradores como os vendedores são tão numerosos que a decisão de cada um deles não repercute significativamente sobre os resultados do mercado em seu conjunto: e isto equivale a dizer que ninguém, isoladamente, pode impor sua vontade sobre os demais.

É fácil entender que os mercados reais não são assim. As duas primeiras condições são inviáveis na prática, embora se possa recorrer a diferentes medidas para garantir a máxima transparência. Quando não se verifica a terceira destas condições, fala-se de monopólios e de oligopólios. É o caso mais grave, porque restringe a liberdade real de uma parte dos participantes, eliminando assim a condição essencial para que el mercado desempenhe bem a função que lhe foi atribuída.

A comparação entre o mercado ideal (o que aparece nos livros de teoria econômica) e os mercados reais demonstra que a deficiência fundamental destes está no diferente grau de liberdade dos participantes.

Quando a liberdade é igual para todos (e isto é a condição do mercado ideal) tudo pode funcionar bem; quando não é assim, quem tem mais liberdade (i.e., mais margem de liberdade, o que equivale a

---

desde la perspectiva ética, pp. 306-315. Pode-se ver também: L. DE SEBASTIÁN, *El mercado*, Madrid: Ediciones SM, 1994; ID., *El mercado: funciones y disfunciones sociales*, *Sal Terrae* 85 (1997) 531-543; ID., *La solidaridad*. "Guardián de mi hermano", Barcelona: Ariel, 1996, 103-125.

mais poder) está na melhor posição para negociar, e isto lhe permite obter vantagens em termos de mais poder<sup>9</sup>.

Como conclusão provisória pode-se afirmar que o mercado *é mais eficiente para a produção de bens e serviços do que para a distribuição da renda produzida*. Na medida em que não existe igualdade entre todos, o mercado beneficia a quem goza de maior liberdade efetiva. Isto implica que, embora admitindo os efeitos positivos do mercado, é preciso introduzir elementos corretivos a sua própria dinâmica. E se se argumenta que *nunca* a liberdade de todos será igual, a conclusão será de que *nunca* o mercado poderá ser o *único* mecanismo regulador das atividades econômicas. E aqui estamos de novo no debate sobre a intervenção do Estado. O mercado não pode ser eliminado porque gera informação que é insubstituível. Mas o Estado terá que intervir para garantir e melhorar estas funções que o mercado em princípio desempenha bem; e terá que intervir, sobretudo, para contrabalançar os prejuízos decorrentes da própria dinâmica do mercado, especialmente em relação com a distribuição da renda produzida.

Mais ainda, há casos em que o mercado, nem sequer em teoria (embora tenham aparecido com toda pureza as hipóteses teóricas), cumpre convenientemente sua função de distribuição eficaz dos recursos. São dois os mais significativos: o da *demanda solvente* e o dos *bens públicos*.

Para que o produtor responda à demanda é imprescindível que esta esteja acompanhada pela capacidade aquisitiva. Consequentemente o que funciona no mercado não é a demanda sem mais, mas sim a *demanda solvente* (necessidade *acompanhada de* capacidade de pagamento). O mercado nada sabe da urgência de uma necessidade nem de sua importância; somente reage se existe um consumidor disposto a pagar. Assim ficam excluídos da vida econômica todos os que não têm recursos para adquirir bens serviços de que realmente necessitam. Historicamente, a beneficência veio preencher este vazio do mercado. E os neoliberais pensam que assim deve continuar hoje. Eles, em troca, opõem-se quando o Estado pretende assumir tarefas neste campo através de subvenções, transferências, etc.: consideram que este proceder,

---

<sup>9</sup> O trabalhador desempregado que busca desesperadamente um emprego é um exemplo muito ilustrativo: é "livre" para aceitar o trabalho que lhe é oferecido, mas sabe que, se não aceita as condições (salário, horários), não lhe resta outra opção do que continuar desempregado, coisa dificilmente compatível com sua situação; o empregador, por seu lado, sabe que se o desempregado não aceita estas condições não faltará quem as aceite; sua capacidade de negociar é muito maior. O caso do comércio internacional, tantas vezes citado, é igualmente esclarecedor: ajuda a compreender como se originaram muitas das diferenças que separam hoje os países industrializados dos produtores de matérias-primas.

não só estimula a preguiça e a falta de iniciativa dos pobres, como também supõe uma agressão institucional, imoral e absolutamente intolerável, ao direito de propriedade.

Há um segundo caso em que o mercado nunca corresponde à demanda do consumidor: o daqueles bens que, embora necessários, nenhum particular está disposto a pagar porque deles não pode se apropriar exclusivamente (*bens públicos*). E a razão é a mesma: o produtor não se interessa pela demanda que não for acompanhada pela possibilidade de pagamento. Quando os habitantes de uma grande cidade se queixam da contaminação produzida pela aglomeração das casas, da fumaça da calefação, da poluição dos veículos, etc., estão indiretamente denunciando uma das maiores limitações da economia de mercado. O ar que respiramos não é um bem privatizável, ninguém pode comprar uma quantidade para consumi-lo de forma exclusiva; por isso, ninguém está disposto a produzi-lo, ou, o que dá na mesma, a garantir a pureza do meio ambiente. Por muito que se invoque a consciência de cidadania para resolver estes problemas, sempre será necessária uma intervenção coerciva do poder do Estado para compensar os abusos de muitos<sup>10</sup>.

Todos estes elementos levam a concluir que o mercado não basta, porque sua capacidade, como instrumento para promover o bem-estar da sociedade, é restrita por limitações essenciais. Será preciso discutir como complementá-la, tanto dentro de uma determinada sociedade como em escala mundial. Seria inaceitável liquidar a questão com um 'sim' incondicional.

Mas o debate sobre o mercado não se encerra aqui. Os principais autores neoliberais aduzem também a impossibilidade prática de chegar a decisões coletivas adequadas em sociedades complexas como as nossas. Esta foi sempre a crítica do neoliberalismo ao socialismo em todas as suas formas. Com tal preocupação nasceu a Escola Austríaca de Economia, que foi criada por C. Wenger em fins do século passado, à qual pertenceram os dois representantes mais importantes do pensa-

---

<sup>10</sup> Esta última afirmação sobre os bens públicos é apenas um caso particular de uma situação mais ampla: o mercado nem sempre retribui bem quando há divergência entre custos e/ou benefícios privados (que são os que intervêm no mercado) e custos e/ou benefícios sociais. Vejamos alguns exemplos: no comércio de drogas o benefício privado é maior que o benefício social; na educação e formação o benefício privado é menor (ao menos em sua compreensão imediata por parte do consumidor) que o benefício social; em casos como o consumo de álcool ou, o já citado, da contaminação, o custo social é maior que o custo privado. Em tais situações se impõe a introdução de elementos corretores para que o consumidor ou o produtor se aproximem mais do comportamento que se esperaria deles se pudessem avaliar melhor os benefícios sociais ou os custos sociais de seu comportamento.

mento neoliberal: Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. Este último já criticou nos anos 40 o experimento do nacional-socialismo, e continuou a fazê-lo até sua morte, poucos anos atrás<sup>11</sup>.

Hayek distingue a ordem primitiva (de uma sociedade de pequenas dimensões, cuja coordenação era garantida pelos instintos de solidariedade e altruísmo) da ordem extensa, próprio da sociedade atual. Esta funciona graças a certas normas reguladoras do comportamento humano que se desenvolveram num processo evolutivo (normas sobre a propriedade privada, o reto comportamento, o respeito às obrigações assumidas, o intercâmbio, o comércio, a competição). Estas normas não se baseiam no instinto, nem tampouco na razão, mas sim na tradição, na aprendizagem e na imitação. Com esta ordem complexa, que também se chama “ordem espontânea”, não é possível cooperar, porque sua complexidade torna impensável o amplo consenso sobre os fins e os meios. Só faz sentido competir: mas competir não é usar a força física, e sim ajustar-se a este sistema normativo estabelecido<sup>12</sup>.

O erro do socialismo consistiu — para Hayek— em interpretar a ordem espontânea como uma ordem em que se dá a coordenação e a formulação de fins comuns. E a crítica de fundo que ele lhe faz se converte numa acusação: o socialismo pretende fazer passar como interesses de todos os interesses de um determinado grupo, já que não existem interesses comuns numa sociedade complexa; e, se existissem, não haveria organização nem inteligência humana capaz de identificá-los.

O mercado é a ordem social que melhor se adapta a uma sociedade complexa por ser uma ordem espontânea. O mercado é, por outro lado, um processo dinâmico, uma realidade constituída pela interação de inumeráveis pessoas, dotadas de uma inata capacidade criativa, motor da criação da riqueza. Esta é a origem da propriedade privada: é uma exigência derivada do direito que cada um tem de apropriar-se dos frutos de sua capacidade criativa pessoal. Quando esta não é impedida por um Estado intervencionista e expropriador, a sociedade se desenvolve com toda sua vitalidade e gera riqueza. Ninguém tem o direito de exigir o que outro produz, pois o que foi produzido nem sequer existiria sem a atividade do que produziu.

---

<sup>11</sup> FRIEDRICH HAYEK, um judeu alemão que viveu grande parte de sua vida nos Estados Unidos e que chegou a receber o Prêmio Nobel de Economia. Sua primeira obra de grande repercussão foi *Camino de servidumbre*, publicada em 1944, como forte denúncia dos erros do socialismo. Entre as últimas e mais citadas está *La fatal arrogancia*, Madrid: Unión Editorial, 1990.

<sup>12</sup> Cf. F. HAYEK, *La fatal arrogancia*, cap. 1.

O problema da sociedade não é, portanto, como distribuir um conjunto de bens dados, mas sim como produzir mais bens que se distribuem no mesmo processo de produção. Esse processo dinâmico avança graças à capacidade criativa de cada ser humano, desde que lhe seja permitido progredir. E para isto é necessário que o Estado não interfira, mas que se limite a determinar um marco pelo qual exigir o respeito a estas regras elementares do jogo, ou princípios morais básicos: respeito à vida, respeito à posse pacificamente adquirida, cumprimento das normas e contratos, responsabilidade individual, etc.

Quando isto for garantido, a capacidade criativa das pessoas se desenvolve livremente, coordenando os desajustes sociais e fazendo a civilização progredir. O sistema conduz então à eficiência, como resultado da coordenação de todos os seres humanos que atuam livremente utilizando a informação que o mercado lhes oferece. Mas esta coordenação não é algo predeterminado, mas sim o resultado da espontaneidade de todos os agentes econômicos. A eficiência exige que todos ajam segundo as normas morais específicas, as mais elementares: e isto é a justiça. Eficiência (para coordenar a ordem espontânea) e justiça (comportamento segundo estas normas éticas) são dois aspectos da mesma realidade<sup>15</sup>.

A partir destas idéias não se pode dizer que a proposta neoliberal não considere a questão ética. Mas sua ética conduz diretamente à legitimação da economia de mercado. Pois bem, estas grandes qualidades do mercado, em que se dão as mãos com toda naturalidade a eficiência e a justiça, padecem do mesmo problema que indicávamos ao distinguir o mercado ideal dos mercados reais. Será que estes princípios éticos, base de todo o funcionamento do mercado, para que produza eficiência e equidade, não são moeda corrente em nossas sociedades? Não é arriscado supor que numa sociedade complexa — precisamente numa sociedade complexa! — todos vão agir dentro de uma estrita observância destes princípios? A realidade de cada dia não está confirmando que as coisas não acontecem deste modo?

### *Sétima pergunta: qual é a visão da pessoa contida nas propostas liberais?*

A pergunta anterior exigia uma atenção mais atenta porque nos situava no coração do neoliberalismo. E a resposta que encontramos

<sup>15</sup> Um bom resumo da proposta ética neoliberal pode ser vista em: J. HUERTA DE SOTO, *Estatismo y corrupción ética*, em: F. SANABRIA MARTÍN y E. DE DIEGO (coords.), *El pensamiento liberal en el fin de siglo*, Madrid: Fundación Cánovas del Castillo, 1997, 123-154.

nos levou diretamente a indagar qual é a antropologia, a visão da pessoa e da sociedade, que está na base de todas de suas propostas.

Não parece arriscado afirmar que a cosmovisão neoliberal é profundamente individualista. E aqui mantém o aspecto mais central do liberalismo clássico. O que existe é o indivíduo; tudo o mais, como Estado e sociedade, não passam de abstrações. O indivíduo concreto é o real. Só se pode pensar a partir do indivíduo: trata-se de um individualismo metodológico. E este indivíduo é um indivíduo aberto, com capacidade criativa, capaz de desenvolver-se em sua liberdade. Indivíduo e liberdade constituem a principal contribuição do liberalismo à cultura moderna.

Mas neste valor do liberalismo está sua própria limitação: Como chegar à sociedade a partir do indivíduo? A não ser que a entendamos como uma mera justaposição de sujeitos individuados. A sociedade não tem uma entidade própria, nem existe nela nada que não seja o resultado agregado dos comportamentos individuais. Tal limitação tem graves conseqüências, que afetam a concepção da sociedade e do Estado. Vejamos algumas delas:

— Uma conseqüência desta atitude metodológica é a impossibilidade de formular objetivos coletivos, enquanto algo que antecede e condiciona os comportamentos individuais e, por conseguinte, modifica seus resultados agregados. Todas as tentativas nesta direção são consideradas como vãs, quando não astutamente interesseiras.

— Por sua parte, o Estado não exprime nunca finalidades compartilhadas; limita-se à função de juiz, para que se cumpram as regras mínimas. Fica então difícil entender uma democracia onde há uma participação mínima. O Estado fica reduzido a uma instância exterior à sociedade, sem interação com ela.

— Neste contexto não faz sentido falar de justiça social. A única justiça é o respeito pelo outro, de sua liberdade e de seus bens. A justiça social, enquanto normalmente supõe uma intervenção coercitiva sobre bens alheios, é um atentado à liberdade e uma imoralidade: não merece sequer a denominação de "justiça".

— A capacidade criativa do indivíduo como justificação da propriedade privada esquece também que, ao menos em sociedades como as nossas, com tecnologias muito complexas, é quase impossível separar o produto da atividade de uma pessoa isolada. A capacidade criativa de uns interage com as de outros para produzir resultados onde é difícil identificar o que corresponderia a cada um.

Se o liberalismo trouxe em seu âmago o individualismo, o neoliberalismo o conduziu a suas últimas conseqüências. Mas há outro

aspecto em que ocorre algo parecido: a dimensão econômica. Também é essencial ao liberalismo clássico, mas sem chegar aos extremos que estamos vendo hoje.

Isto pode ser explicado também a partir da idiosincrasia de seus representantes. A Escola Austríaca, que era uma escola de economia, considerava esta dimensão econômica numa visão mais filosófica e mais ampla. Isto é típico tanto de Mises como de Hayek. Com outras escolas mais recentes, praticamente todas localizadas nos Estados Unidos (Chicago, Virginia), não ocorreu o mesmo: seus principais representantes são economistas de profissão, como Milton Friedman, Gary Becker, Gordon Tullock e James Buchanan. Esta circunstância explicaria certa impostação econômica da realidade em suas análises, que refletem os valores que priorizam<sup>14</sup>.

De fato, o neoliberalismo fomenta certa mercantilização da sociedade. O que significa isto, senão a insistência no mercado como modelo de conduta racional? O que significa a insistência na competitividade? No mercado a pessoa é produtor e/ou consumidor. Consome se tem recursos para comprar; produz se é competitivo, assim como compete para encontrar um lugar no mercado de trabalho. Se não reúne tais condições fica excluído. A pessoa vale pelo que ela mesma vale no mercado. A lógica do mercado, que é a lógica da equivalência nos intercâmbios, não se contenta com resolver os problemas próprios de seu âmbito específico. Mas quando estreita os limites do espaço que lhe é próprio tende a invadir todos os espaços da vida humana e social. O valor econômico e sua lógica se colocam acima de todos os demais valores, e o mercado se converte no paradigma de todo comportamento humano. Assim o denunciam acertadamente, por exemplo, os Provinciais jesuítas da América Latina:

*“O neoliberalismo, tal como se entende na América Latina, é uma concepção radical do capitalismo que tende a absolutizar o mercado até convertê-lo no meio, no método e no fim de todo comportamento humano inteligente e racional. Segundo esta concepção estão subordinados ao mercado a vida das pessoas, o comportamento das sociedades e a política dos governos. Este mercado absoluto não aceita regulamentação em campo algum. É livre, sem restrições financeiras, trabalhistas, tecnológicas ou administrativas”*<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Um bom resumo da proposta ética neoliberal pode ser vista em: P. DE LA NUEZ, *El neoliberalismo*, em: F. SANABRIA MARTÍN y E. DE DIEGO (coords.), *op. cit.*, 79-88.

<sup>15</sup> *O neoliberalismo na América Latina. Carta dos superiores provinciais da Companhia de Jesus da América Latina. Documento de trabajo (14 noviembre 1996)*, núm.2, São Paulo: Loyola, 1996.. Veja-se meu comentário: I. CAMACHO, *Los jesuitas reflexionan sobre el neoliberalismo en América Latina*, *Razón y Fe* 235 (1997) 173-186.

Esta apresentação não reflete bem o que encontramos cada dia ao nosso redor? A antropologia neoliberal é, por conseguinte, profundamente individualista e economicista, muito mais que seus predecessores liberais.

### *Oitava pergunta: que autoridades invocam?*

À primeira vista esta pergunta pode parecer supérflua, ou, talvez demasiado técnica. Para compreender sua importância basta mencionar quais são estas autoridades que os neoliberais invocam. As primeiras são, evidentemente, os principais representantes do liberalismo clássico, e, acima de todos, Adam Smith. Mas também é freqüente, sobretudo recentemente, invocar a Segunda Escolástica, mais em concreto a Escola de Salamanca, como os autores que já estabeleceram as bases do pensamento liberal. Digamos umas palavras sobre uns e outros.

Não é preciso apresentar muitos testemunhos de autores neoliberais sobre o primeiro ponto: Adam Smith é para eles, como não podia deixar de ser, o ponto de referência sempre obrigatório. Mas alguns críticos do neoliberalismo questionam se dele não fazem uma leitura unilateral e podada, baseada somente em sua obra fundamental *Investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*. Pensam tais autores que o pensamento de Adam Smith não deriva só desta obra, que é a mais conhecida, mas também de sua *Teoria dos sentimentos morais*, que é um tratado de ética. Suas idéias na segunda não supõem uma ruptura com a primeira, mas sim uma complementaridade entre ambas.

A partir desta interpretação — pensa Amartya Sen — *A riqueza das nações* tem outra leitura, muito distinta da que nos transmitiu o discurso neoliberal. Aquele parágrafo tantas vezes citado sobre o açougueiro e o cervejeiro pretende explicar como funciona o mercado e quais são as vantagens do comércio<sup>16</sup>. Mas ele não pensa que este egoísmo seja a única forma, nem a melhor, de fazer a sociedade: deste modo ter-se-ia esquecido toda sua *Teoria dos sentimentos morais*, onde ele atribui grande importância à prudência (que, mesmo centrada no próprio sujeito, vai além do puro egoísmo) e à “compreensão”, o conjunto de atitudes que se referem

<sup>16</sup> Não será supérfluo transcrevê-lo outra vez: “No esperamos comer gracias a la benevolencia del carnicero, del cervecero o del panadero, sino a la consideração de su propio interés. No nos dirigimos a su humanidad sino a su egoísmo, y nunca les hablamos de nuestras necesidades sino de su provecho”.

à consideração do outro (a humanidade, a justiça, a generosidade e o espírito público)<sup>17</sup>.

Este é só um exemplo de como os autores neoliberais podem interpretar mal as afirmações de Smith, generalizando o que ele dizia num contexto muito concreto: a luta contra o sistema mercantilista de sua época, que tanto dificultava o desenvolvimento da atividade econômica<sup>18</sup>. Evidentemente aquela situação tinha pontos de contato com o atual Estado social, mas identificar sem mais uma com a outra é incorreto e arriscado.

Na mesma ordem de coisas deve-se perguntar se o conceito de competitividade, tal como usado hoje pelos neoliberais, não vai muito além do alcance que Adam Smith lhe atribuía. A competição proposta por ele era um critério para defender a sociedade das restrições originadas na excessiva regulamentação das agremiações, amparada pelo poder político; buscava, portanto, garantir a igualdade no mercado. Hoje a competitividade se mostra mais numa forma de luta de todos contra todos pela sobrevivência de cada um: é quase uma forma de darwinismo social<sup>19</sup>.

Bastem estas considerações para justificar a suspeita de que os neoliberais vão muito mais além de seus predecessores intelectuais, e que sua constante invocação dos clássicos deve ser vista com cautela e submetida à crítica.

Algo parecido — embora mais surpreendente, porque as afinidades não são tão evidentes à primeira vista — acontece com o pensamento da Segunda Escolástica. Por detrás desta tendência, que pode ser observada nestes últimos anos, há uma clara intenção de relacionar o pensamento neoliberal com a tradição cristã<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> “Smith não atribuiu um papel em geral superior a esta busca [do interesse individual] em nenhuma de suas obras. A defesa do comportamento egoísta aparece em contextos específicos, relacionados especialmente com diversas barreiras burocráticas contemporâneas, e com outras restrições às transações econômicas que tornavam difícil o comércio e que obstaculavam a produção”. A. SEN, *Sobre ética y economía*, Madrid: Alianza Editorial, 1989, 42. Pouco antes (p. 40) cita esta afirmação textual de Smith em sua obra sobre os sentimentos morais: “... pelo interesse desta grande comunidade, deve, a todo momento, sacrificar seus pequenos interesses”.

<sup>18</sup> Por isso A. Sen conclui dizendo que “o apoio que os seguidores e os partidários do comportamento egoísta procuraram em Adam Smith é difícil de encontrar numa leitura mais profunda e com menos cortes de sua obra” *Ibid.*, 45.

<sup>19</sup> L. DE SEBASTIÁN, *La solidaridad*, 35-37, salienta o interesse que desperta hoje nos Estados Unidos o pensamento de Herbert Spencer, o representante mais qualificado desta corrente, que critica qualquer iniciativa pública para “promover a sobrevivência dos menos dotados”.

<sup>20</sup> Veja-se como começa o livro de A. A. CHAFUEN, *Ética y economía. Raíces cristianas de la economía de libre mercado*, Madrid: Rialp, 1991: “Este estudo é dirigido a

É evidente que na história do pensamento humano e do econômico, existe uma continuidade. Portanto é lícito buscar em autores antigos as raízes das idéias dos recentes. É isso que faz, por exemplo, Alejandro A. Chafuén, num livro muito citado em determinados ambientes atuais: remonta ao próprio Santo Tomás (século XIII) para concentrar depois a atenção nos principais autores da Escola de Salamanca, tal como se desenvolveu no século XVI e começos do XVII, a partir de Francisco de Vitoria. Porém abranger um período tão amplo de tempo exige que aqueles autores não sejam lidos sob o ponto de vista das situações e das preocupações que não eram as deles.

O citado livro de Chafuén cai freqüentemente neste perigo: umas vezes lê com certa parcialidade as afirmações dos escolásticos; outras vezes faz nelas uma maquiagem quando nota que poderiam questionar as posições do neoliberalismo. Alguns exemplos:

— Falando da propriedade privada, Chafuén argumenta com a doutrina de Santo Tomás, que a justifica como um direito natural, e ao mesmo tempo se opõe aos defensores da propriedade comum; mas nada diz sobre o ponto a atingir na doutrina de Santo Tomás, isto é, o destino universal dos bens da terra<sup>21</sup>.

— Chafuén reconhece que falando sobre a propriedade os autores da Segunda Escolástica fazem distinções entre domínio e uso; porém o alcance desta distinção é reduzido notavelmente por ele quando afirma: “O fato de o domínio e a posse não serem idênticos ao uso de um bem (alguém pode usar de algo sem ser seu dono) não permite chegar à conclusão de que o domínio dos bens deve ser privado, enquanto que o uso deve ser comum”. Esta conclusão se baseia nos argumentos escolásticos tardios em favor da propriedade privada. Tais autores medievais defendiam a propriedade privada porque os bens

---

todas as pessoas, católicas ou não, que crêem que o livre mercado é incompatível com o cristianismo. Também se dirige aos que estão convencidos de que a liberdade econômica é um componente essencial da liberdade humana. São muitos os intelectuais que se distanciaram da Igreja ao ver a multidão de supostos representantes de Deus pregando contra o que a razão nos diz sobre os sãos princípios econômicos. As atuais tendências referentes à liberdade científica, assim como a recente reafirmação do direito natural por parte das mais altas hierarquias católicas, permitem alimentar grandes esperanças (...). Saliento novamente que parte de meu interesse neste tema se deve à existência do grande número de amantes da liberdade econômica que se sentem consternados ao pensar que estas idéias não encontram lugar na doutrina da Igreja (...). Esta suposta oposição entre o catolicismo e o sistema social fundado na propriedade privada foi, é e será aproveitada e alimentada por todos os totalitarismos (marxistas ou nacional-socialistas), pois notam que, se os pensadores cristãos e os amantes da liberdade econômica unirem suas forças, não haverá mais ocasião para que o coletivismo continue crescendo.” (pp. 25-27).

<sup>21</sup> A. A. CHAFUÉN, *op. cit.*, 49-51

seriam usados de maneira melhor, e, portanto, iriam contribuir ao bem-estar humano<sup>22</sup>. Mas Chafuén nada diz sobre as conseqüências desta distinção, conseqüências que mostram as obrigações do proprietário em relação ao uso de seus bens.

— Chafuén também interpreta de forma mais restritiva a doutrina, tão tradicional no pensamento cristão, da extrema necessidade (“em caso de extrema necessidade todas as coisas são comuns”). Não é difícil compreender até a que ponto este princípio alarmaria muitos autores liberais. Chafuén não justifica por qual motivo o direito à vida e à liberdade é superior ao direito de propriedade: em casos extremos, quando ambos os direitos entram em conflito, cabe a primazia ao direito à vida e à liberdade. Neste sentido tal doutrina não é a negação da propriedade privada, como alguns temem, mas a exceção que confirma a regra. Mas só está justificada quando não existe outro caminho para evitar a morte. Além disso, refere-se ao uso e não ao domínio: daí a obrigação da restituição sempre que possível<sup>23</sup>.

— Diz-se como representativa da posição de todos estes autores a afirmação de Mariana, de que os impostos são “o açoite dos povos e o pesadelo de todos os governos”<sup>24</sup>. Mas nada é dito sobre o contexto destas palavras, contexto que não era outro senão o do Estado patrimonialista. Poderiam, então, ser aplicadas tanto esta afirmação como suas conseqüências, a uma forma de Estado que responde a funções tão diferentes, sejam quais forem as imperfeições que possa ter?

— Porém o caso talvez mais significativo é o dos salários. Um salário seria justo não por garantir a subsistência, mas por não estar acima do menor salário comumente pago por serviços similares. E isto porque o salário não é mais que um preço, regido pelos mesmos critérios que regem o preço justo. As necessidades do trabalhador não determinam o salário, e muito menos as de sua família. Nem sequer é lícita a compensação oculta se o trabalhador se considera injustamente pago: se a aceitou livremente, deve ater-se a ele, porque o essencial é a voluntariedade (seria intencionalidade, ou compromisso assumido?) do contrato, desde que se exclua todo tipo de fraude ou engano. Para os casos de salários “muito magros” ou de pessoas incapacitadas para trabalhar, os escolásticos propunham uma ativa caridade privada por parte das pessoas mais ricas: a estes concretamente “os doutores propunham alimentar os pobres em vez de alimentar a os cães”<sup>25</sup>. De novo aqui se pergunta se as condições do mercado de

<sup>22</sup> *Ibid.*, 65.

<sup>23</sup> *Ibid.*, 66-71.

<sup>24</sup> Citado em: *ibid.*, 82.

<sup>25</sup> *Ibid.*, 135-143.

trabalho daquela época são as mesmas de hoje na sociedade industrial capitalista, e se as transformações do Estado nestes séculos não admitem uma revisão desta preferência absoluta pela beneficência como mecanismo para fazer frente à marginalização.

Nesta preocupação por legitimar o pensamento liberal com base na tradição cristã todos estes exemplos ilustram como há duas coisas questionáveis e que mereceriam elaboração ulterior: por um lado, se a interpretação destes autores não está sendo feita a partir de textos recortados dentro de suas obras, forçando sua harmonia com posições posteriores; por outro, se não estão sendo superficialmente consideradas as diferenças essenciais entre o contexto em que eles pensaram e o nosso. Em ambos os casos há razões para suspeitar que esta rica etapa histórica do pensamento cristão esteja sendo mal interpretada<sup>26</sup>.

### ***Nona pergunta: a Doutrina Social da Igreja aceitaria o neoliberalismo?***

Esta nova pergunta tem estreita conexão com a anterior quanto a suas intenções, mas com uma diferença essencial: agora se busca a harmonia com uma etapa do pensamento cristão que coincide com a do liberalismo e neoliberalismo, a Doutrina Social da Igreja. O perigo de anacronismo, que antes denunciávamos, já não existe.

De início chama à atenção o fato de que esta harmonia seja procurada a partir de uma posição que nem sequer admite o termo "justiça social" e tudo o que ele implica. Se há alguma coisa que a Doutrina Social defendeu desde seus primeiros documentos, esta foi a necessidade de uma presença do Estado na atividade econômica. Isto já aparece na "*Rerum novarum*", e tem maior valor ainda por causa de circunstâncias de sua origem, em que as relações entre o papado e a concepção liberal do Estado eram hostis. Em todo o século XIX tais circunstâncias não eram as mais propícias para que a Igreja reconhecesse importantes funções do Estado. De lá para cá a Doutrina Social da Igreja acentuou a necessidade desta intervenção econômica do Estado e ampliou seus campos de atuação. Isto implicou a possibilidade e a legitimidade de formular objetivos coletivos para a sociedade, cuja realização deve ser canalizada (assumida subsidiariamente) pelo

<sup>26</sup> Outros estudos recentes sobre este particular são mais ponderados: A. DEL VIGO, *Cambistas, mercaderes y banqueros en el Siglo de Oro español*, Madrid: B.A.C., 1997; F. GÓMEZ CAMACHO, *Economía y filosofía moral: la formación do pensamiento económico europeo en la Escolástica española*, Madrid: Síntesis, 1998.

poder público. Isto tem sido uma constante do magistério da Igreja neste último século. Muitos outros testemunhos poderiam ser mencionados.

Os atuais autores liberais não ocultam esta tendência da Doutrina Social, mas pensam que com João Paulo II se deu uma mudança de orientação fundamental. Jesús Huerta de Soto escreveu recentemente:

*"Sem dúvida alguma a encíclica 'Centesimus annus' mostra como a concepção da ciência econômica por parte de seu redator se modernizou enormemente dando um importante salto qualitativo, do ponto de vista científico, que tornou superada em grande parte a antiga Doutrina Social da Igreja Católica (...). Pela primeira vez na história, e graças à positiva influência da Escola Austríaca de Economia, a Doutrina Social da Igreja Católica se pôs à frente do paradigma dominante da própria ciência econômica, que até agora tinha ignorado o ser humano criativo, e continua ancorado a uma concepção estática do mercado e da sociedade"*<sup>27</sup>.

Este mesmo autor traz o testemunho de M. Novak, que numa recente publicação revela a longa entrevista que Hayek, pouco antes de sua morte, teve com João Paulo II. Ele crê que um eco deste encontro se encontra nos nn. 31 e 32 da *"Centesimus annus"*. Pensa também que nesta linha existe um estreito paralelismo entre as idéias de Kirzner, sobre a função empresarial e a concepção da ação humana criativa de João Paulo II em sua tese doutoral (publicada com o título de *Pessoa e ação*)<sup>28</sup>.

Em nossa opinião, João Paulo II em sua última encíclica social continua optando por um modelo misto. Veja-se como descreve a alternativa que se impôs em muitos países após a segunda guerra mundial, e as crises sócio-econômicas e políticas que a precederam:

*"Em alguns países e sob certos aspectos, após as destruições da guerra, vê-se um esforço positivo em reconstruir uma sociedade democrática inspirada na justiça social, que priva o comunismo do potencial revolucionário das multidões exploradas e oprimidas. Estas iniciativas tratam, em geral, de manter os mecanismos de livre mercado, assegurando, mediante a estabilidade monetária e a segurança das relações sociais, as condições para um crescimento econômico estável e sadio, dentro do qual as pessoas, graças a seu trabalho, podem construir um futuro melhor para si e para seus filhos. Ao mesmo tempo trata-se de*

<sup>27</sup> J. HUERTA DE SOTO, *op. cit.*, 141.

<sup>28</sup> Refere-se à obra de M. NOVAK, *The Catholic Ethic and the Spirit of Capitalism*, New York: The Free Press, McMillan International, 1993. A obra de João Paulo II foi publicada em castelhano pela Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1982.

*evitar que os mecanismos de mercado sejam o único ponto de referência da vida associada e tendam a submetê-lo a um controle público que faça valer o princípio do destino comum dos bens da terra. Certa abundância de ofertas de trabalho, um sólido sistema de segurança social e de capacitação profissional, liberdade de associação e ação incisiva do sindicato, a previdência social em caso de desemprego, os instrumentos de participação democrática na vida social, dentro deste contexto deveriam preservar o trabalho da condição de mercadoria e garantir a possibilidade de realizá-lo dignamente”*<sup>29</sup>.

O texto fala por si mesmo quanto à confiança limitada no mercado, a necessidade de submetê-lo ao controle e à conveniência do Estado e estabelecer sistemas complementares de proteção social. Poder-se-ia perguntar se este texto não se refere a uma época passada, a do florescimento do Estado social. Mas cremos que esta é a tônica de toda a encíclica, como veremos.

É certo que as encíclicas sociais de João Paulo II contêm afirmações que reconhecem mais explicitamente o valor da livre iniciativa econômica. Já aparecem na *“Sollicitudo rei socialis”*. Embora o texto se refira claramente à negação deste direito nos regimes coletivistas, a afirmação tem um alcance mais geral<sup>30</sup>.

Mas o documento mais importante em relação a esta questão é a *“Centesimus annus”*. Nela se questiona expressamente a possibilidade ética da aceitação do capitalismo, com toda a urgência que deriva do irremediável fracasso da alternativa coletivista. A passagem mais citada é esta:

*“Voltando agora à pergunta inicial, isto é: poder-se-ia dizer que, depois do fracasso do comunismo, o sistema vencedor seria o capitalismo, em cuja direção se moveriam os esforços dos países na busca de uma reconstrução da economia e da sociedade? Seria este o modelo a ser proposto aos países do Terceiro Mundo, em busca do verdadeiro progresso econômico e civil?”*

*A resposta é obviamente complexa. Se por ‘capitalismo’ se entende um sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo da*

<sup>29</sup> JUAN PABLO II, *Centesimus annus*, 19.

<sup>30</sup> “É necessário mostrar que no mundo atual, entre outros direitos, freqüentemente é reprimido o direito de iniciativa econômica. No entanto, trata-se de um direito importante, não só em vista do indivíduo em particular, mas também porque demonstra que a negação de tal direito, ou sua limitação em nome de uma pretendida ‘igualdade’ de todos na sociedade, o reduz sem mais, e destrói de fato o espírito de iniciativa, isto é, a subjetividade criativa do cidadão. Em consequência surge assim não só uma verdadeira igualdade, mas uma ‘nívelação descendente’. Em lugar da iniciativa criadora nasce a passividade, a dependência e a submissão ao aparato burocrático (...)”. JUAN PABLO II, *Sollicitudo rei socialis*, 15.

*empresa, do mercado, da propriedade privada e a correspondente responsabilidade para com os meios de produção, da livre criatividade humana no setor da economia, a resposta certamente é positiva (...). Mas se por 'capitalismo' se entende um sistema em que, no âmbito econômico, a liberdade não está enquadrada num sólido contexto jurídico que a ponha a serviço da liberdade humana integral, e a considere como uma particular dimensão da mesma, cujo centro é ético e religioso, então a resposta é absolutamente negativa"*<sup>31</sup>.

Na realidade o que se critica nele não é o mercado enquanto mecanismo social, mas a ideologia que o inspira, sua concepção da liberdade. E, mais concretamente, conceder à liberdade, no terreno econômico, uma prioridade que, afinal de contas, se converte num obstáculo para a liberdade integral de todos os cidadãos. Esta crítica de fundo ao capitalismo tem a ver, em nossa opinião, com idéias centrais do pensamento neoliberal em sua tendência de fazer do mercado o paradigma do comportamento racional e de todo o funcionamento da sociedade.

A postura sobre o capitalismo na "*Centesimus annus*" tem muitos matizes que sempre supõem um distanciamento das posturas neoliberais, embora, talvez, a Doutrina Social da Igreja nunca tenha levado em consideração, tão claramente, muitas idéias da tradição liberal<sup>32</sup>. Assim, por exemplo, neste documento se reconhece que entre as causas da queda do coletivismo estão a falta de respeito à iniciativa, à propriedade e à liberdade econômica<sup>33</sup>; as limitações do Estado 'providência', são sublinhadas, não para eliminá-lo, mas para corrigi-lo de seus excessos, seguindo o princípio de subsidiariedade<sup>34</sup>; a empresa moderna é elogiada, mas também criticada na medida em que não permite a todos exercer nem a liberdade nem a iniciativa em que se baseia<sup>35</sup>; tampouco são esquecidas as limitações do mercado para atender, tanto na demanda solvente como os bens públicos<sup>36</sup>; a função do benefício e seu valor ético são reconhecidos, para, em seguida, afirmar que o benefício não pode ser o único indicador do bom andamento da empresa, porque seus fins devem ser, antes de tudo, humanos<sup>37</sup>; afirma também que o sistema de mercado não é suficiente se não tiver uma certa ética<sup>38</sup>.

<sup>31</sup> JUAN PABLO II, *Centesimus annus*, 42.

<sup>32</sup> Cf. J.-Y. CALVEZ, *L'Église devant le libéralisme économique*, Paris: Desclée de Brouwer, 1994, 67-87.

<sup>33</sup> *Ibid.*, 24.

<sup>34</sup> *Ibid.*, 40.

<sup>35</sup> *Ibid.*, 33.

<sup>36</sup> *Ibid.*, 34 e 40.

<sup>37</sup> *Ibid.*, 35.

<sup>38</sup> *Ibid.*, 36 e 39.

Todos estes elementos contidos na última encíclica social são boa base para o diálogo: supõem que a Igreja não rechaça de plano o liberalismo, como fizera em outros documentos, sobretudo no século passado; mas disto não se pode concluir que sem mais são aceitos todos os seus princípios e propostas. Estamos, portanto, diante um diálogo aberto entre duas posturas que manifestam indubitável tensão em seus posicionamentos<sup>39</sup>.

### *Décima pergunta: há alternativas?*

No fim de este longo questionário é obrigatória esta pergunta, mas é impossível dar-lhe uma resposta detalhada. Apenas indicaremos sinteticamente algumas pistas por onde andam hoje as coisas e por onde podem continuar adiante.

1<sup>o</sup>) O primeiro pressuposto para buscar saídas é aceitar o desafio que supõe a enorme crise que atravessamos, crise que não só fez cambalear, senão sucumbir, os modelos até hoje existentes, mas ainda afetou as convicções mais profundas em que se legitimavam. Isto significa que qualquer saída deve ser procurada tendo mais em vista um futuro incerto e por construir, do que recorrendo a soluções que deram resultado no passado. É um convite à criatividade humana e uma chamada à atenção contra posturas acomodadas que buscam refúgio no que é conhecido no passado.

2<sup>o</sup>) Embora não se possa dizer que saímos da crise, seria correto afirmar que estamos no começo da saída. Num horizonte ainda obscuro abrem-se alguns pontos que permitem entrever a luz. São idéias novas, iniciativas alternativas de incidência escassa, coisas que poderiam passar despercebidas, mas de grande valor simbólico nesta busca criativa. Conhecê-las, analisá-las, valorizá-las e difundi-las são tarefas que ajudarão a avançar.

3<sup>o</sup>) a crise do Estado social (e, muito mais, a do coletivismo ) obriga a uma revisão profunda da função que lhe foi atribuída. Há uma enorme diferença entre optar por reduzi-lo ao mínimo (proposta neoliberal) e iniciar o minucioso discernimento sobre o que pode, o

---

<sup>39</sup> As correntes neoconservadoras, no afã de encontrar uma legitimação cristã para os posicionamentos neoliberais, chegam a vê-los como o sistema mais adequado à antropologia cristã da liberdade. Entre os neoconservadores é obrigação citar a MICHAEL NOVAK: sua obra mais representativa, *The Spirit of Democratic Capitalism*, foi publicada nos Estados Unidos em 1982. Seria impossível iniciar aqui uma análise pormenorizada de suas propostas, que desconcertam pela ousadia em harmonizar os dogmas cristãos com as idéias neoliberais.

que deve continuar fazendo e o que deve renunciar. Alguns gostam de resumir esta evolução dizendo que é preciso passar do Estado produtor (Estado empresário) ao Estado regulador. Outros preferem insistir na idéia de subsidiariedade. Em todo caso, não se trata de mera redução do Estado a suas dimensões mínimas, pois isto seria também uma volta ao passado.

4º) Esta revisão do papel do Estado supõe também a revisão da contraposição tão distinta entre público e privado: na sociedade que se organiza espontaneamente, todos nos ocupamos de nossos interesses privados (legítimos), enquanto para o Estado fica o cumprimento dos interesses gerais. Esta contraposição que subjazia ao Estado social mostrou-se prejudicial: não só porque desmobiliza a sociedade e deixa o Estado sem o apoio social de que necessitaria para cumprir sua função, mas também porque põe o Estado num grave perigo de se deixar corromper nas mãos dos que o manipulam em vista de seus interesses particulares. Hoje se pensa que os interesses gerais da sociedade também podem ser promovidos por grupos que nela surgem espontaneamente: as ONGs e o voluntariado são boa expressão desta nova tendência<sup>40</sup>. Aqui se abre um filão muito fecundo para a rearticulação da sociedade com o Estado e com o mercado.

5º) Também nesta linha é de enorme interesse a chamada *economia alternativa*. Esta economia surge num momento em que perdeu todo sentido o grande debate econômico das décadas passadas sobre os dois sistemas alternativos: capitalismo versus socialismo. Esta economia se situa dentro do capitalismo como único sistema existente, mas com uma atitude crítica que denuncia seus pressupostos, e procura pequenas realizações que descubram uma nova maneira de entender a atividade econômica. É, pois, uma alternativa que parte de dentro, alheia aos grandes debates ideológicos, e marcada pelo interesse pelo concreto e pelas pequenas realizações. Neste amplo movimento deveriam ser incluídas todas as iniciativas que coincidem nestas duas preocupações: pela atenção ao social e ao ecológico, e pela dupla perspectiva, local e mundial ("pensar em escala mundial, mas atuar em escala local"). Estas iniciativas procuram ao mesmo tempo ser viáveis e alternativas: aceitam o marco das relações sociais existentes e o sistema de mercado, fazendo porém atuar valores e critérios diferentes, que lhe permitirão elaborar produtos e prestar diferentes serviços. Suas realizações são muito variadas. Devem ser citados alguns campos mais desenvolvidos, como as redes de comércio justo, a agricultura ecoló-

<sup>40</sup> Sobre tudo isto pode-se ver: J. GARCÍA ROCA, *Solidaridad y voluntariado*. Santander: Sal Terrae, 1994, especialmente os caps. 4 a 6; ou mais recentemente: ID., *Exclusión social y contracultura de la solidaridad. Prácticas, discursos y narraciones*, Madrid: Ediciones HOAC, 1998.

gica, os fundos de inversão socialmente responsáveis, as entidades de microcrédito, sem esquecer o cooperativismo (nascido no século passado com pretensão semelhante, e que hoje está conhecendo uma expansão sintomática)<sup>41</sup>.

6<sup>a</sup>) É útil tratar como último ponto a questão dos valores. Numa sociedade tão marcada pela competitividade é preciso ao menos compensar esta tendência com atenção decididamente voltada a valores alternativos. Surge assim o interesse pela *solidariedade*, que também é uma exigência atual. Não se trata de negar a importância da competitividade, mas de questionar o lugar tão predominante que ocupa nas escalas de valores que orientam os comportamentos individuais e sociais. A competitividade nos faz ver os outros como rivais, a até mesmo como inimigos declarados; a competitividade não nos leva a nos sentirmos todos responsáveis por todos. Uma sociedade dominada pela competitividade se torna desumana, inhóspita. A solidariedade traz a proposta que move e legitima a revisão do papel da sociedade e da atenção ao que é público, assim como todas as iniciativas da economia alternativa. Esta proposta está encontrando um lugar cada vez mais decisivo em nosso meio: mesmo que não em quantidade e em extensão, certamente em qualidade e renovação.

Endereço do Autor:  
Residencia Mayor Sagrado Corazón de Jesús  
Gran Vía, 30  
18010 Granada — Espanha

---

<sup>41</sup> Cf. I. CAMACHO, Economía alternativa en el sistema capitalista, *Revista Fomento Social* 51 (1996) 319-340.